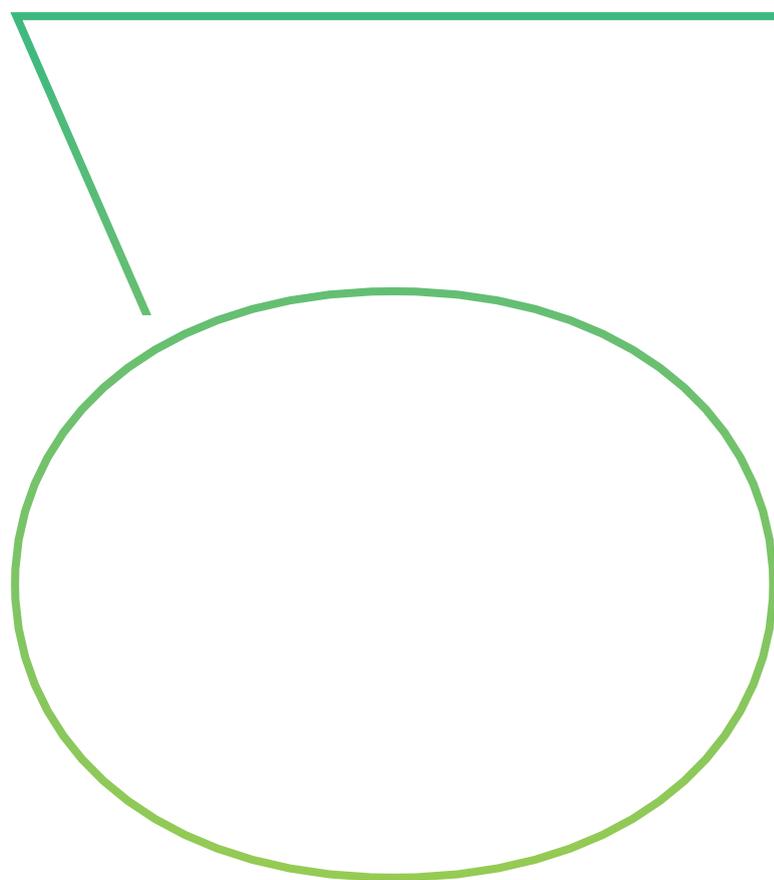
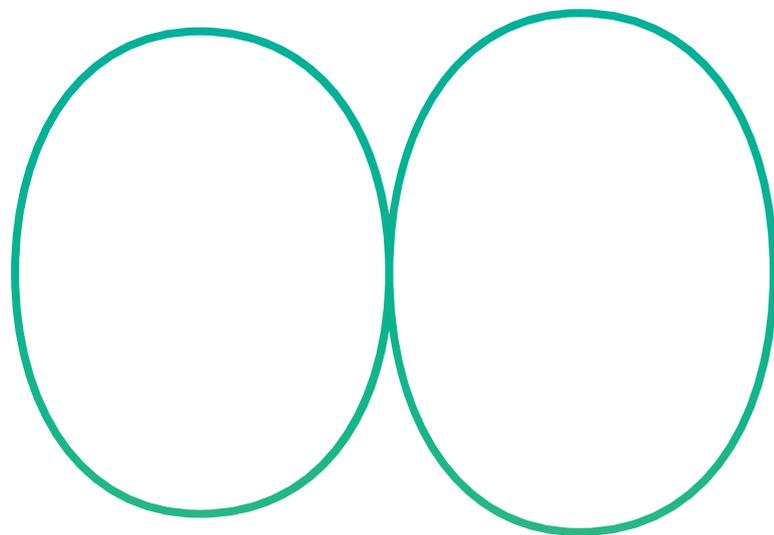


RELATÓRIO DE GESTÃO



ANEXO

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do conselho fiscal 44

Agências 46

Mensagem da diretoria e do conselho

Caso de sucesso em crédito rural



Os economistas e historiadores vão debruçar sobre 2018 e, com certeza, vão relatar que foi um ano diferente, mas tão duro quanto os últimos quatro anteriores. Diferente porque foi um ano de Copa do Mundo e eleições, que já afeta o comportamento da economia, mas também de expectativa frustrada de retomada do crescimento.

No entanto, uma leitura atenta ao Relatório 2018 do Sicoob UniCentro Norte Goiano não trará uma realidade tão decepcionante quanto a grande parte dos setores da economia. A cooperativa, que faz parte da Central Sicoob Uni, apresentou evolução da carteira de crédito – com algumas agências alcançando a marca robusta de 200% de expansão.

E não foi resultado isolado, pois a melhoria da carteira de crédito rural foi ampla, além do avanço da receita com rendas de serviço. Na crise, aliás, a atuação eficiente e capacitada da equipe de colaboradores, em contato direto com o cooperado, promoveu uma melhora dos resultados, com maior fidelização e expansão de receitas.

Os resultados do crédito rural da cooperativa foram apontados como “caso de sucesso” em todo Brasil. Reforçamos nosso compromisso com a Diretoria, Conselho, colaborador, cooperado e toda sociedade pela transparência e valorização da região que atuamos e assumimos o compromisso de buscar expandir o cooperativismo como forma mais justa de fortalecimento e desenvolvimento social.

Muito obrigado a todos.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou

que estratégia traçar. Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete

também nas operações de crédito bruto, que registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda de juro longo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



Estrutura Sistêmica

Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

Cooperativa Central

Cooperativa Singular

Cooperados

Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

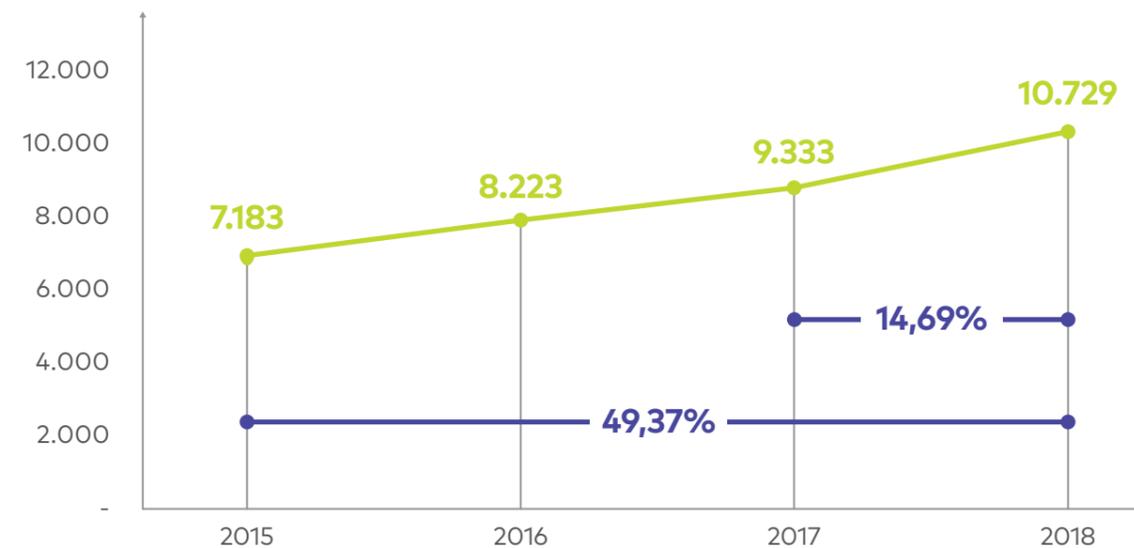
Valores:

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

Desenvolvimento em todos os números.

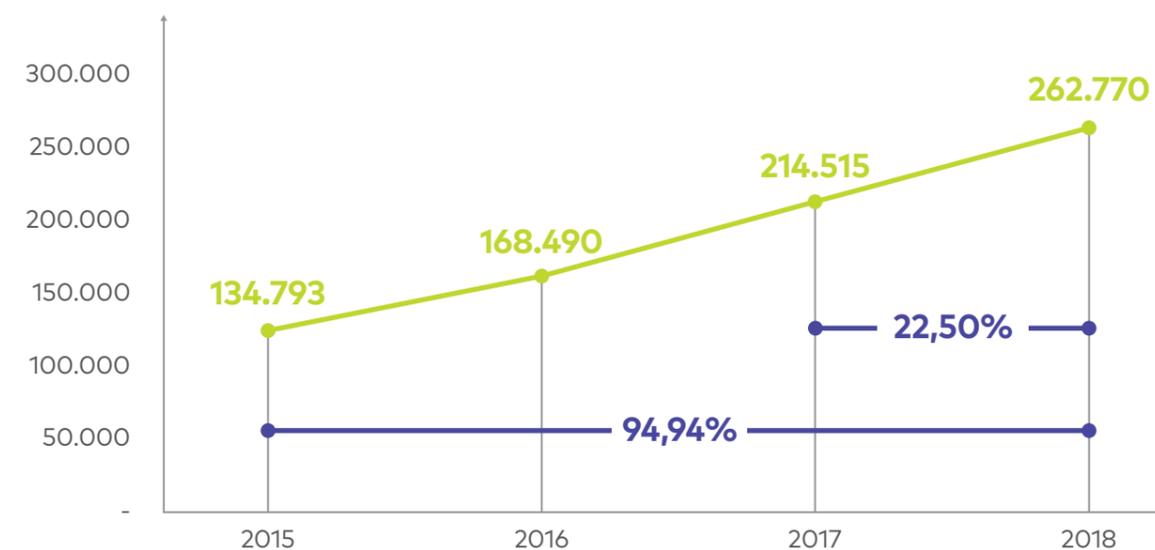


Cooperados



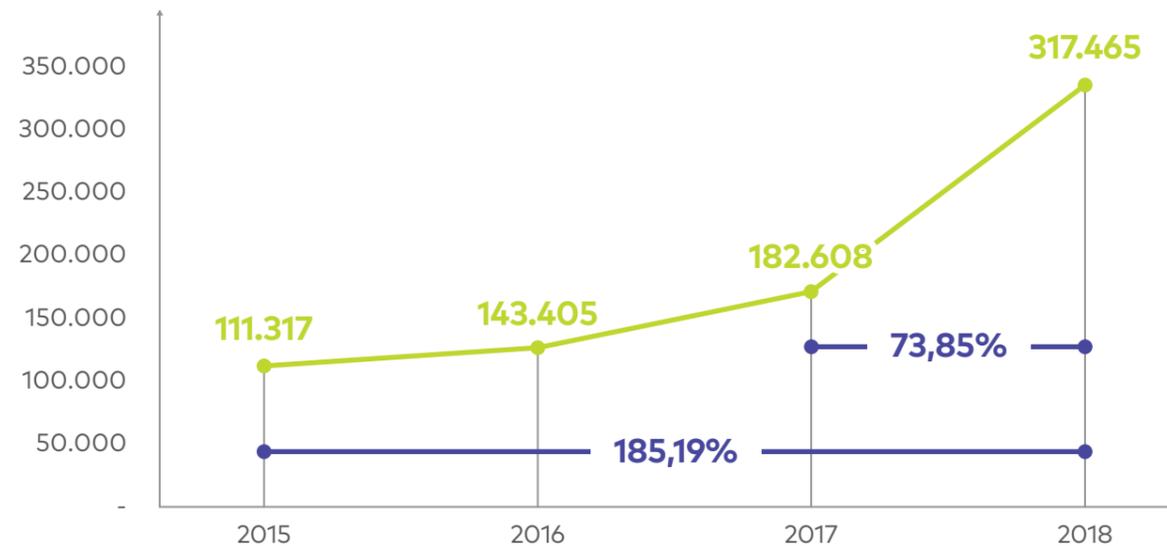
Depósitos Totais

em R\$ mil



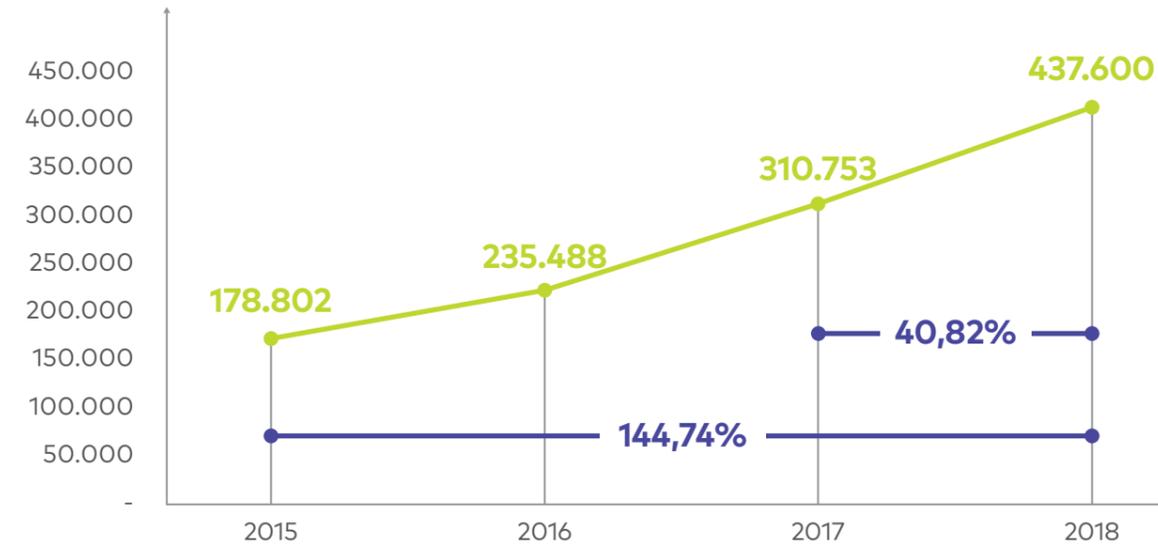
Carteira de Crédito

em R\$ mil



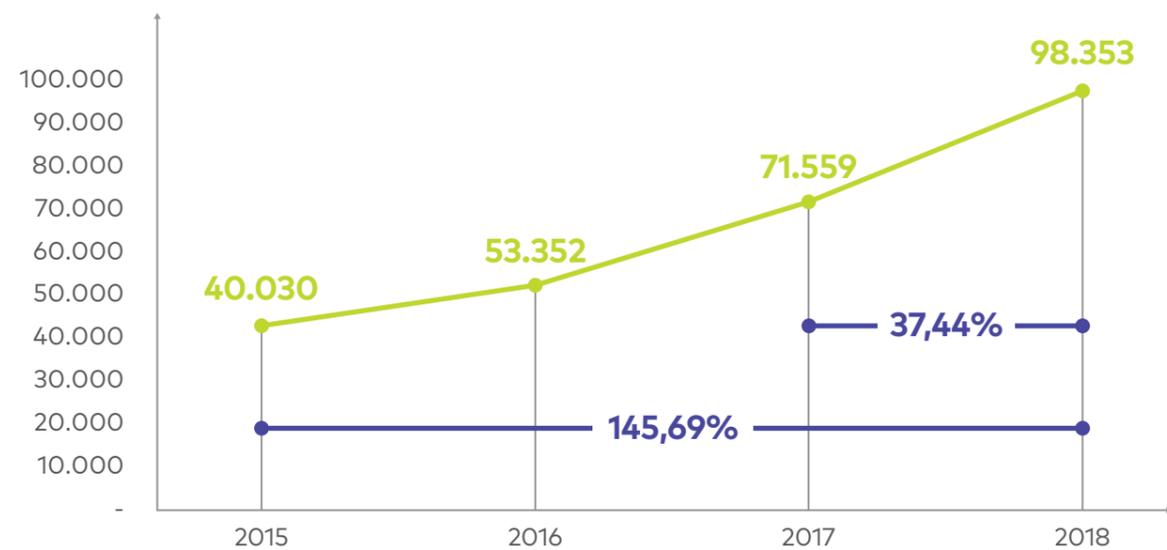
Ativo Total

em R\$ mil



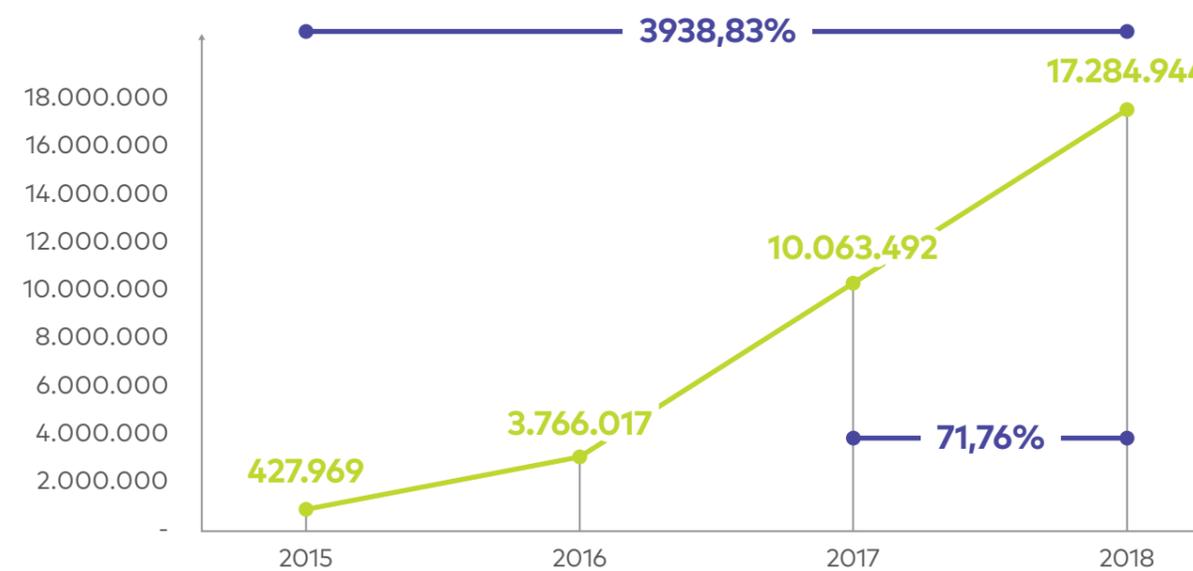
Patrimônio Líquido

em R\$ mil

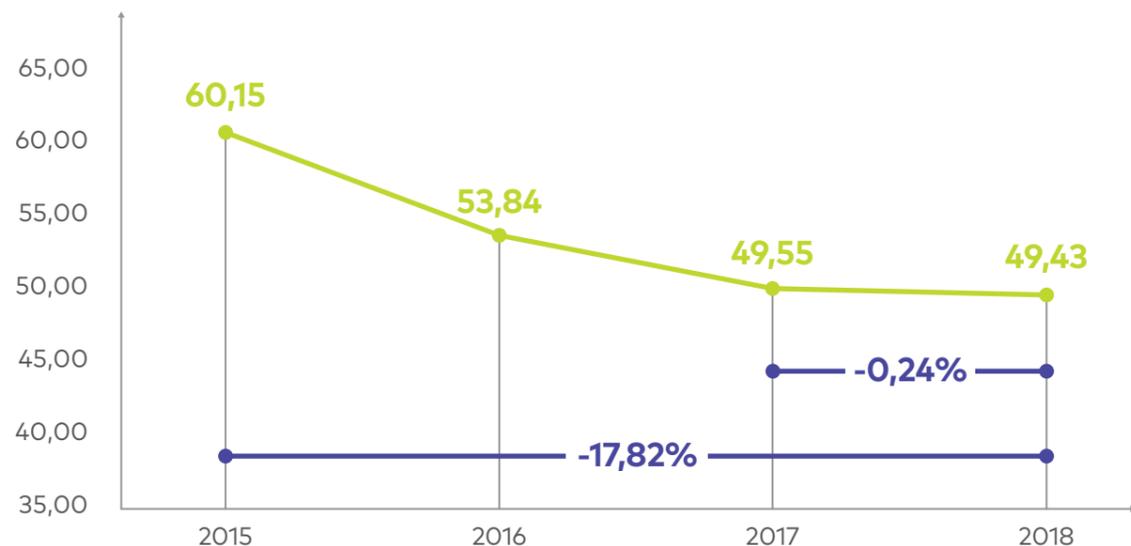


Sobras do Exercício

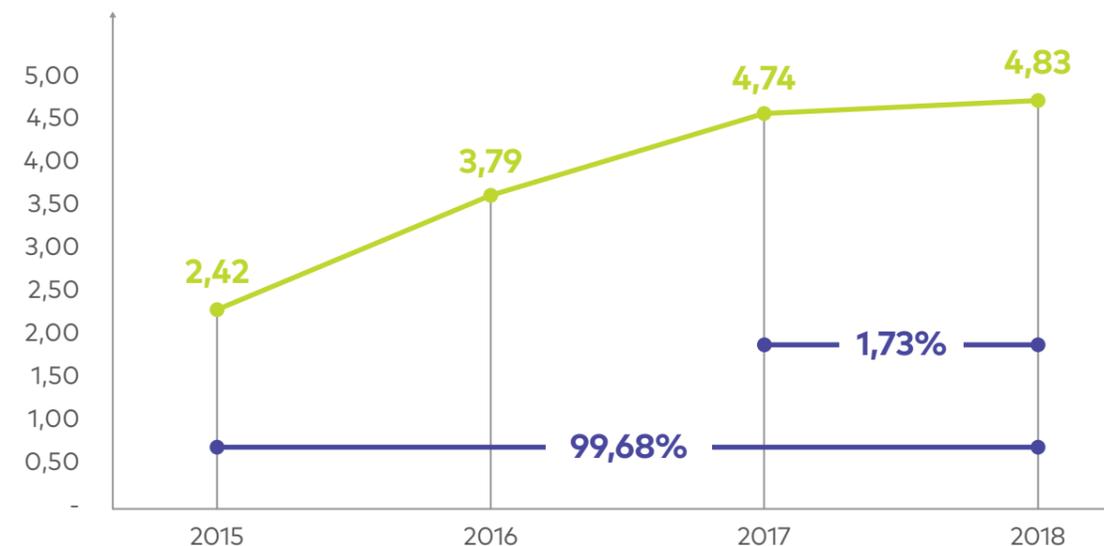
em R\$



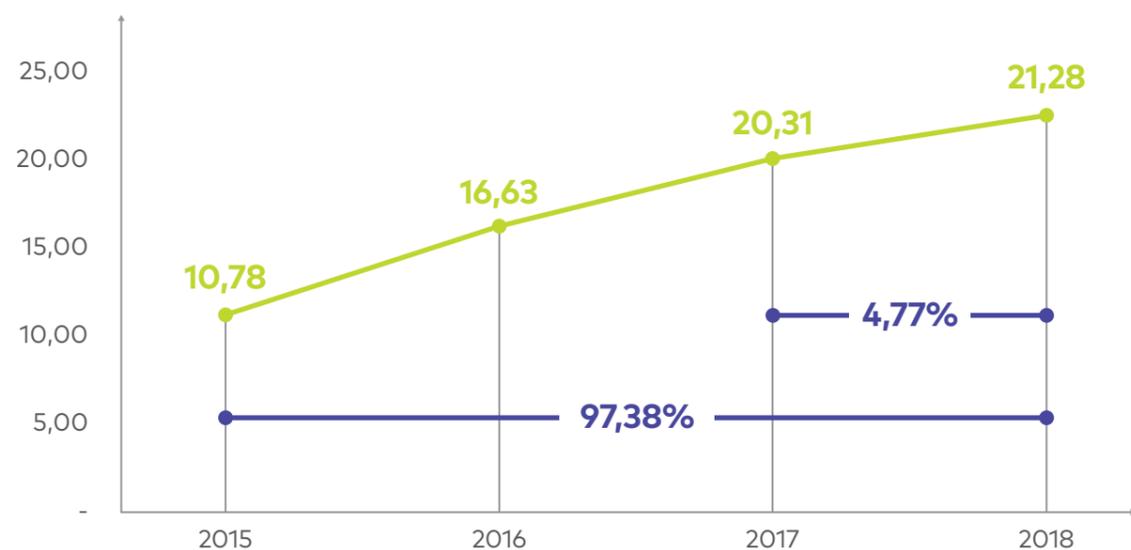
Índice de Eficiência Padrão



Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



Rentabilidade sobre PLA - ROE



Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN	SICOOB UNICNG	GANHO	ACUMULADO
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal - PAD		
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	8,01%	R\$ 9.501.476	R\$ 9.501.476
EMPRÉSTIMOS	3,15%	1,85%	R\$ 41.226.832	R\$ 50.728.308
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,21%	R\$ 63.934	R\$ 50.792.242
TARIFAS PF ¹	R\$ 53,12	R\$ 12,48	R\$ 3.496.922	R\$ 54.289.165
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	N/D	R\$ 0	R\$ 54.289.165
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	N/D	R\$ 0	R\$ 54.289.165
CONSÓRCIO ² IMÓVEIS	18,96%	9,50%	R\$ 1.317	R\$ 54.290.481
CONSÓRCIO ² VEÍCULOS	13,14%	8,67%	R\$ 2.989	R\$ 54.293.470
CONSÓRCIO ² MOTOS	14,62%	10,00%	R\$ 5	R\$ 54.293.475
CONSÓRCIO ² SERVIÇOS	14,40%	10,00%	R\$ 65	R\$ 54.293.540
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	8,01%	R\$ 11.010.769	R\$ 65.304.309
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	1,70%	R\$ 2.792.311	R\$ 68.096.620
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,50%	-R\$ 841.306	R\$ 67.255.314
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,29%	-R\$ 8.669	R\$ 67.246.645
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	1,29%	-R\$ 49	R\$ 67.246.597
TARIFAS PJ ³	R\$ 109,25	R\$ 11,00	R\$ 4.196.013	R\$ 71.442.610
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 17.284.944	R\$ 17.284.944	R\$ 88.727.554
COOPERADOS SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO				10.729
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 8.270

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)".

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Informações sobre aquisição: em apuração.

Governança corporativa

6.1 Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 05/03/2016, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- pela AG de 11/03/2017, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;
- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.
- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

6.2 Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS). O CONAD, composto de 12 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente.

A DIREX, composta de 2 membros – Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Discriminação	NOTA	2018	2017	Discriminação	NOTA	2018	2017
Circulante		271.432.653	234.838.972	Circulante		296.774.970	238.221.621
Disponibilidades		8.342.852	2.462.390	Depósitos	12	262.770.972	214.515.023
Relações Interfinanceiras	05	87.729.451	104.868.832	Depósitos à Vista		49.332.027	40.697.378
Centralização Financeira		87.729.451	104.868.832	Depósitos a Prazo		213.438.945	173.817.645
Operações de Crédito	06	165.579.638	116.792.558	Recursos de Aceites Cambiais, Letras		6.672.100	-
Operações de Crédito - Setor Privado		170.811.244	124.673.478	Obrigações por emissão LCA - Pós Fixada		6.672.100	-
(-) Provisão para Operações de Crédito liq. Duvidosa		(5.231.606)	(7.880.920)	Relações Interfinanceiras	13	802.439	13.130.949
Outros Créditos	07	1.980.494	2.332.359	Repasse Interfinanceiros		802.439	13.130.949
Avais e Fianças		312.267	455.280	Relações Interdependências	14	6.652.600	3.572.500
Rendas a Receber		505.066	600.002	Recursos em Trânsito de Terceiros		6.652.600	3.572.500
Diversos		1.398.238	1.623.412	Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	10.000.000	-
(-) Provisão para Outros Créditos		(235.077)	(346.336)	Cooperativa Central		10.000.000	-
Outros Valores e Bens	08	7.800.218	8.382.834	Outras Obrigações		9.876.859	7.003.149
Outros Valores e Bens		7.140.741	8.234.652	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	16a	50.529	167.796
Despesas Antecipadas		659.477	148.182	Sociais e Estatutárias	16b	3.471.626	2.190.044
				Fiscais e Previdenciárias	16c	830.534	978.871
				Diversos	16d	5.524.170	3.666.437
Não Circulante		166.168.265	75.914.671	Não Circulante		42.472.697	972.861
Realizável a longo prazo	06	151.886.243	65.816.397	Relações Interfinanceiras	13	41.959.776	147.164
Operações de Crédito		155.235.475	68.103.182	Repasse Interfinanceiros		41.959.776	147.164
(-) Provisão para Operações de Crédito liq. Duvidosa		(3.349.232)	(2.286.785)	Outras Obrigações		512.921	825.697
Investimentos	09	9.850.301	8.219.665	Diversos	16d	512.921	825.697
Ações e Cotas		9.850.301	8.219.665	Patrimônio Líquido		98.353.251	71.559.161
Imobilizado de uso	10	4.379.562	1.788.643	Capital Social	19a	67.856.748	53.334.503
Outras Imobilizações de Uso		6.681.999	3.635.782	Reservas de Sobras	19b	25.311.020	15.205.611
(-) Depreciações Acumuladas		(2.302.437)	(1.847.139)	Sobras do Exercício	19c	5.185.483	3.019.048
Intangível	11	52.159	89.966				
Softwares		545.454	537.199				
(-) Amortizações Acumuladas		(493.295)	(447.233)				
TOTAL DO ATIVO		437.600.918	310.753.643	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO		437.600.918	310.753.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Vanderley Cezario de Lima
Direto Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21a	34.616.660	61.855.263	48.590.062
Operações de Crédito		34.613.243	61.846.857	48.584.521
Títulos e Valores Mobiliários		3.418	8.406	5.541
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12b	(14.461.072)	(23.761.807)	(21.758.197)
Operações de Captação no Mercado		(7.036.139)	(13.007.266)	(14.465.641)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.900.914)	(2.850.157)	(681.919)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(5.524.020)	(7.904.384)	(6.610.638)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.155.588	38.093.456	26.831.865
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(8.773.017)	(16.212.917)	(10.549.850)
Receitas de Prestação de Serviços		1.572.381	2.798.449	2.640.009
Rendas de Tarifas Bancárias		2.155.673	3.961.481	2.876.181
Despesas de Pessoal	21b	(7.814.278)	(15.259.965)	(11.335.469)
Outras Despesas Administrativas	21c	(6.907.064)	(13.221.667)	(10.986.638)
Despesas Tributárias		(244.935)	(477.787)	(358.056)
Outras Receitas Operacionais	21d	4.188.350	8.765.031	9.682.101
Outras Despesas Operacionais	21e	(1.723.145)	(2.778.459)	(3.067.977)
RESULTADO OPERACIONAL		11.382.571	21.880.539	16.282.015
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21f	(405.361)	(652.877)	(1.517.464)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		10.977.210	21.227.662	14.764.551
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(26.199)	(112.849)	(24.640)
Provisão para Imposto de Renda		(13.166)	(59.917)	(11.550)
Provisão para Contribuição Social		(13.033)	(52.931)	(13.090)
RESULTADO ANTES DO JUROS AO CAPITAL		10.951.011	21.114.813	14.739.911
Juros Sobre o Capital Próprio		(3.829.869)	(3.829.869)	(4.676.419)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		7.121.142	17.284.944	10.063.492
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(12.099.461)	(12.099.461)	(7.044.444)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(864.247)	(864.247)	(1.006.349)
Reserva Legal		(10.370.967)	(10.370.967)	(6.038.095)
Reserva Estatutária		(864.247)	(864.247)	-
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE		(4.978.319)	5.185.483	3.019.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Vanderley Cezario de Lima
Direto Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	Capital Social	(-) Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Reserva Estatutária	Reserva para Expansão	Sobras/Perdas Acumuladas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44.410.184	(602.056)	5.662.769	1.129.805	1.621.738	1.129.805	53.352.245
Integralizações/Subscrições de Capital	8.933.247	(392.332)	-	-	-	-	8.540.915
Incorporação de Sobras	878	-	-	-	-	(878)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	-	-	(375.723)	(375.723)
Destinação de Sobras para o Fundo de Reserva	-	-	753.203	-	-	(753.203)	-
Devolução de Capital	(3.223.140)	-	-	-	-	-	(3.223.140)
Incorporação de Juros ao Capital	4.207.722	-	-	-	-	-	4.207.722
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	10.063.492	10.063.492
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	6.038.095	-	-	(6.038.095)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-	-	(1.006.349)	(1.006.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	54.328.891	(994.388)	12.454.068	1.129.805	1.621.738	3.019.048	71.559.161
Integralizações/Subscrições de Capital	13.634.888	(209.768)	-	-	-	-	13.425.120
Incorporação de Sobras	2.615.866	-	-	(1.110.933)	-	(1.504.933)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	(18.872)	-	(1.514.115)	(1.532.987)
Devolução de Capital	(5.033.408)	-	-	-	-	-	(5.033.408)
Incorporação de Juros ao Capital	3.514.668	-	-	-	-	-	3.514.668
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	17.284.944	17.284.944
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	10.370.967	-	-	(10.370.967)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	864.247	-	(864.247)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-	-	(864.247)	(864.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	69.060.904	(1.204.156)	22.825.035	864.247	1.621.738	5.185.483	98.353.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Vanderley Cezario de Lima
Direto Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	2º Semestre 2018	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(22.164.134)	(16.038.828)	29.144.410
Sobras ajustadas	12.960.676	25.734.816	17.081.562
Sobras do Exercício	7.121.142	17.284.944	10.063.492
Depreciações	292.921	499.426	346.462
Amortizações	22.593	46.062	60.970
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	5.524.020	7.904.384	6.610.638
(Aumento) redução nos Ativos	(54.464.092)	(141.826.827)	(44.995.324)
Operações de Crédito	(54.497.195)	(142.761.307)	(45.814.411)
Outros Créditos	320.288	351.864	(227.630)
Outros Valores e Bens	(287.185)	582.616	1.046.717
Aumento (redução) nos Passivos	19.339.282	100.053.182	57.058.172
Depósitos	(11.814.457)	48.255.949	46.024.513
Outras Obrigações	2.834.434	2.560.934	2.750.327
Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliarias	6.672.097	6.672.097	-
Relações Interfinanceiras	4.994.609	29.484.102	5.419.625
Relações Interdependências	6.652.600	3.080.100	2.863.708
Cooperativa Central	10.000.000	10.000.000	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.702.845)	(4.729.236)	(2.546.737)
Aumento dos Investimentos	(941.481)	(1.630.636)	(1.552.691)
Aquisições do Imobilizado	(1.761.364)	(3.090.345)	(989.542)
Intangível	0	(8.255)	(4.504)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	7.381.082	9.509.145	8.143.424
Integralizações de Capital	7.409.225	13.425.120	8.540.915
Devolução de Capital	(2.893.888)	(5.033.408)	(3.223.140)
Incorporação de Juros ao Capital	3.729.993	3.514.668	4.207.722
FATES	(864.247)	(864.247)	(1.006.349)
Distribuições de Sobras	-	(1.532.987)	(375.723)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	(17.485.896)	(11.258.919)	34.741.098
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	113.558.200	107.331.222	72.590.124
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 04)	96.072.303	96.072.303	107.331.222
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(17.485.897)	(11.258.919)	34.741.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Vanderley Cezario de Lima
Direto Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO - SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/12/1996, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO possui 13 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CERES - GO, GOIANÉSIA - GO, URUAÇU - GO, CAMPINORTE - GO, ANÁPOLIS - GO, PORANGATU - GO, SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO, NERÓPOLIS - GO, NIQUELÂNDIA - GO.

O SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das

Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/02/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior à 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e a liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto, quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para Demanda Judicial e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do

que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2018**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Em **31 de Dezembro de 2018 e 2017**, o caixa e equivalente de caixa estavam assim representadas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1.611.166	1.582.207
Numerário em Trânsito	6.731.686	880.183
Centralização Financeira	87.729.451	104.868.832
TOTAL	96.072.303	107.331.222

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2018 e de 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas	87.729.451	104.868.832
TOTAL	87.729.451	104.868.832

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	12.587.613	-	12.587.613	943.024
Empréstimos	100.209.899	104.896.531	205.106.430	134.258.471
Títulos Descontados	21.815.389	-	21.815.389	21.729.426
Financiamentos	9.760.532	18.359.540	28.120.072	16.275.608
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	26.437.811	31.979.404	58.417.215	19.570.130
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.231.606)	(3.349.232)	(8.580.838)	(10.167.704)
TOTAL	165.579.638	151.886.243	317.465.881	182.608.956

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual	de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	
										A
A	0,50 %	Normal	135.689.991	1.021.044	12.958.081	53.217.464	202.886.580	(1.014.433)	104.688.887	(523.444)
B	1%	Normal	51.818.636	6.045.688	8.527.118	3.039.191	69.430.633	(694.306)	55.882.124	(558.821)
B	1%	Vencidas	923.632	265.780	163.355	-	1.352.766	(13.528)	942.853	(9.429)
C	3%	Normal	12.232.454	2.024.533	3.069.633	24.219	17.350.839	(520.525)	8.376.066	(251.282)
C	3%	Vencidas	2.080.499	219.625	87.903	-	2.388.027	(71.641)	1.770.352	(53.111)
D	10%	Normal	5.386.323	1.083.567	923.118	54.168	7.447.176	(744.718)	746.495	(74.650)
D	10%	Vencidas	2.629.389	143.824	-	-	2.773.214	(277.321)	793.965	(79.397)
E	30%	Normal	1.911.367	563.725	633.278	-	3.108.370	(932.511)	454.039	(136.212)
E	30%	Vencidas	1.590.485	331.383	137.149	-	2.059.017	(617.705)	993.086	(297.926)
F	50%	Normal	570.703	131.920	58.372	-	760.994	(380.497)	86.972	(43.486)
F	50%	Vencidas	1.284.078	144.848	69.152	-	1.498.078	(749.039)	756.989	(378.494)
G	70%	Normal	132.545	48.345	92.088	-	272.977	(191.084)	176.934	(123.854)
G	70%	Vencidas	168.608	68.256	61.012	-	297.876	(208.513)	330.912	(231.639)
H	100 %	Normal	495.128	74.677	-	-	569.805	(569.805)	4.324.404	(4.324.404)

H	100 %	Vencidas	1.085.056	395.751	48.501	65.904	1.595.211	(1.595.211)	3.081.556	(3.081.556)
Total Normal			217.160.071	11.018.146	27.553.000	58.351.311	314.082.528	(5.047.880)	184.106.947	(6.036.154)
Total Vencidos			9.761.748	1.569.467	567.072	65.904	11.964.190	(3.532.958)	8.669.713	(4.131.551)
Total Geral			226.921.819	12.587.613	28.120.072	58.417.215	326.046.719	(8.580.838)	192.776.660	(10.167.704)
Provisões			(6.205.769)	(1.217.248)	(789.294)	(368.527)	(8.580.838)		(10.167.704)	
Total Líquido			220.716.050	11.370.365	27.330.778	58.048.688	317.465.881		182.608.956	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	12.587.613	-	-	12.587.613
Empréstimos	31.579.990	68.629.909	104.896.531	205.106.430
Títulos Descontados	19.570.462	2.244.927	-	21.815.389
Financiamentos	2.548.981	7.211.551	18.359.540	28.120.072
Financiamentos Rurais	7.183.477	19.254.334	31.979.404	58.417.215
TOTAL	73.470.523	97.340.721	155.235.475	326.046.719

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	255.587	21.459.232	1.143.804	-	22.858.623	7%
Setor Privado - Indústria	370	-	76.806	-	77.176	0%
Setor Privado - Serviços	6.021.480	126.923.800	13.595.416	-	146.540.696	45%
Pessoa Física	6.309.710	80.185.795	6.944.510	58.417.215	151.857.230	47%
Outros	466	4.657.675	54.853	-	4.712.994	1%
TOTAL	12.587.613	233.226.502	21.815.389	58.417.215	326.046.719	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	10.167.704	9.591.940
Constituições/Reversões	8.011.281	6.343.791
Transferência para Prejuízo	(9.598.147)	(5.768.027)
TOTAL	8.580.838	10.167.704

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	9.759.057	3,00%	3.672.990	2,00%
10 Maiores Devedores	47.628.674	15,00%	23.832.364	12,00%
50 Maiores Devedores	119.406.702	36,68%	62.868.915	32,00%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	26.446.014	22.624.109
Valor das Operações Transferidas no Período	9.598.147	5.768.027
Valor das Operações Recuperadas no Período	(2.639.884)	(1.946.122)
TOTAL	33.404.277	26.446.014

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2018 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 4.801.690,21, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honradas	312.267	455.280
Rendas a Receber	505.066	600.002
Diversos	1.398.238	1.623.412
Adiantamentos e Antecipações Salariais	52.877	62.206
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	19.768	13.350
Devedores por Compra de Valores e Bens	13.200	20.455
Devedores por Depósitos em Garantia	12.685	-
Impostos e Contribuições a Compensar	-	17.675
Imposto de Renda a Recuperar	22.180	22.180
Pagamentos a Ressarcir	157.630	45.373
Títulos e Créditos a Receber (I)	594.450	1.192.023
Devedores Diversos - País	525.447	250.153
(-) Provisão para Outros Créditos (II)	(235.077)	(346.336)
TOTAL	1.980.494	2.332.359

(I) Refere - se a valores aos serem recebidos decorrente da alienação de Bens não de Uso que estão sendo recebido de forma parcelada.

(II) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens não de Uso Próprio (I)	7.140.741	8.234.652
Despesas Antecipadas (II)	659.477	148.182
TOTAL	7.800.218	8.382.834

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista e vale alimentação.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNI e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	9.084.892	7.568.935
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. crédito	765.409	650.730
TOTAL	9.850.301	8.219.665

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	661.329	-	
Instalações	1.750.430	790.714	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(409.713)	(300.377)	
Móveis e equipamentos de Uso	1.451.778	1.118.167	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(605.966)	(500.218)	
Sistema de Comunicação	60.085	47.788	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.251.851	1.397.710	10%
Sistema de Segurança	261.079	157.591	10%
Sistema de Transporte	245.446	123.812	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.286.758)	(1.046.544)	
TOTAL	4.379.562	1.788.643	

11. Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	545.454	537.199
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(493.295)	(447.233)
TOTAL	52.159	89.966

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto, sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que as rendas futuras, na data das demonstrativo contábil, são apresentadas em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	49.332.027	40.697.378
Depósito a Prazo	213.438.945	173.817.645
TOTAL	262.770.972	214.515.023

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	22.893.593	8,35%	16.615.151	8,00%
10 Maiores Depositantes	61.287.723	22,37%	48.168.239	22,00%
50 Maiores Depositantes	116.195.111	42,43%	94.137.063	44,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(12.540.685)	(14.174.794)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(78.588)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(387.993)	(290.847)
TOTAL	(13.007.266)	(14.465.641)

13. Repasses interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados em outras instituições financeiras, para repasse aos associados em diversas modalidades. As garantias oferecidas consistem em caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	de 8,5% a 9,5% a.a	47.292.317	14.034.124
(-) Despesa a apropriar Bancoob		(4.530.102)	(756.011)
TOTAL		42.762.215	13.278.113
Circulante		802.439	13.130.949
Não Circulante		41.959.776	147.164

(I) O FATES é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores, em contas passivas, segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições a Recolher	830.534	978.871
TOTAL	830.534	978.871

d) Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	37.911	15.519
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	757.198	794.714
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	3.281.637	1.473.895
Provisão para Demandas Judiciais – Não Circulante (Nota 17)	512.921	825.697
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (IV)	473.725	143.235
Credores Diversos – País (V)	973.699	1.239.074
TOTAL	6.037.091	4.492.134

(I) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se ao saldo de conta salário.

(III) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com Pessoal. Sendo 25% com provisão de férias, 10% referente a provisão para o 13º salário, 6% referente a provisão do INSS sobre as férias, e 59% referente a outras despesas administrativas.

(IV) Refere-se à provisão para garantias prestadas.

(V) Refere-se aos pagamentos a serem processados.

17. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas, em que, a cooperativa é parte envolvida.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cível	84.001	-	250.000	-
Trabalhista	428.920	12.685	575.697	-
TOTAL	512.921	12.685	825.697	-

14. Relações de Interdependência

Os valores abaixo referem-se às obrigações com cheques administrativos.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento	6.652.600	3.572.500
Total	6.652.600	3.572.500

15. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Crédito rotativo obtido junto à Central Sicoob Uni das Cooperativas de Crédito para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Recursos da Central	10.000.000	-
TOTAL	10.000.000	-

16. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Crédito – IOF (I)	48.955	159.736
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	1.574	8.060
TOTAL	50.529	167.796

(I) São alocados nesta conta às provisões dos Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) São alocados nesta conta o IOF das aplicações e regaste em RDC

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos e Bonificações e Pagar	-	80.329
Resultado de Atos com Associados (I)	1.875.267	1.256.712
Cotas de Capital a Pagar (II)	1.596.359	853.003
TOTAL	3.471.626	2.190.044

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO**, existem processos judiciais de natureza trabalhista e cível, no montante de **R\$ 255.761**, nos quais a cooperativa figura como polo passivo, que foram classificados com risco de perda possível.

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a Cooperativa não operou com instrumentos financeiros derivativos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada, e, integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	67.856.748	53.334.503
Quantidade de Associados	10.743	9.333

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60% das sobras líquidas, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **10/03/2018**, os cooperados deliberaram pela destinação do resultado do exercício findo em **31 de dezembro de 2017** no valor de **R\$ 3.019.048** da seguinte forma, 50% distribuído em conta capital e 50% distribuído em conta corrente. A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	17.284.944	10.063.492
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	17.284.944	10.063.492
Destinações estatutárias	12.099.461	7.044.444
Reserva legal - 60%	10.370.967	6.038.095
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	864.247	1.006.349
Fundo de aumento ao capital - 5%	864.247	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.185.483	3.019.048

20. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de Prestação de Serviços	390.489	1.668.221
Despesas Específicas de Atos não Cooperativos	(75.400)	(376.885)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos não Cooperativos	(474.441)	(710.673)
Adições e Exclusões ao Resultado não Operacional	-	(1.517.464)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(159.352)	(936.801)
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(59.840)	(7.459)
(-) Despesa de Contribuição Social Sobre o Lucro	(52.931)	(8.454)
Resultado de Atos Não Cooperativos (Lucro Líquido)	(272.123)	(952.714)

21. Demonstração de Sobras e Perdas

a) Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.024.907	998.251
Rendas de Empréstimos	45.300.061	36.271.303
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.578.010	4.977.607
Rendas de Financiamentos	3.912.048	2.903.067
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	330.115
Rendas de Finan. Rurais - Aplic. c/ Recursos Livres	2.220.436	531.790
Rendas de Finan. Rurais - Aplic. c/ Recursos Dire. à vista	130.437	151.368
Rendas de Finan. Rurais - Aplic. c/ Recursos Dire. da Poupan. Rural	2.287.222	247.974
Rendas de Finan. Rurais - Aplic. c/ Recursos Dire. de LCA	146.920	17.258
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	319.588
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	8.406	5.541
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.246.816	1.836.200
TOTAL	61.855.263	48.590.062

b) Despesa de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(105.050)	(77.894)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.671.027)	(1.479.058)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.755.177)	(1.406.459)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.147.660)	(2.390.014)
Despesas de Pessoal - Proventos	(8.304.812)	(5.705.062)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(54.706)	(112.296)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(221.533)	(164.686)
TOTAL	(15.259.965)	(11.335.469)

c) Outras Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de Água Energia e Gás	(284.757)	(218.157)
Despesas de Aluguéis	(924.032)	(759.229)
Despesas de Comunicações	(533.220)	(447.732)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(685.827)	(811.265)
Despesas de Material	(237.786)	(207.038)
Despesas de Processamento de Dados	(168.293)	(460.694)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.035.359)	(697.620)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(408.280)	(260.881)
Despesas de Publicações	(623)	(3.518)
Despesas de Seguros	(170.791)	(275.132)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.968.873)	(1.497.761)
Despesas de Serviços de Terceiros	(453.858)	(497.775)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(974.640)	(831.781)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(209.977)	(221.175)
Despesas de Transporte	(934.680)	(663.216)
Despesas de Viagem no País	(233.808)	(208.090)
Outras Despesas Administrativas	(3.451.377)	(2.518.140)
Despesas de Amortização	(46.062)	(60.970)
Despesas de Depreciação	(499.426)	(346.463)
Despesas de Provisões Passivas	(709.914)	(965.377)
TOTAL	(13.931.581)	(11.952.015)

d) Outras Receitas Operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	1.019.553	602.824
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.267.442	8.158.577
Dividendos	69.565	63.710
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	221.804	39.488
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	623.349	132.508
Deduções e Abatimentos	2.779	845
Outras Rendas Operacionais	560.539	684.149
TOTAL	8.765.031	9.682.101

e) Outras Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Oper. Crédito – Despesas Descontos Concedidos Renegociações	(169.194)	-
Despesas de Provisões Passivas	(709.914)	(965.377)
Descontos Concedidos – Operações de Crédito	(519.573)	(881.935)
Perdas – Fraudes Internas e Externas	(107.851)	(201.899)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(164.830)	(144.221)
Cancelamento – Tarifas Pendentes	(428.069)	(423.373)
Contribuição Mensal Fundo Desenvolvimento Sicoob	(246.902)	(229.906)
Bonificações Seguro Prestamista	(252.920)	(160.031)
Outras Despesas Operacionais	(179.206)	(61.235)
TOTAL	(2.778.459)	(3.067.977)

f) Resultado Não Operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	14.176	1.932
Ganhos de Capital	187.466	243.048
Ganhos de Aluguéis	-	2.940
Outras Rendas não Operacionais	39.135	307.985
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(112.541)	(197.890)
(-) Perdas de Capital	(2.408)	(771.643)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(26.984)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(751.722)	(1.103.837)
Resultado Líquido	(652.877)	(1.517.464)

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	15.476	0%	1
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	4.081.497	0,76%	11.157
TOTAL	4.096.973	0,76%	11.158
Montante das Operações Passivas	16.112.119	3,55%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	23.699	1.000	0%
Conta Garantida	8.373	84	0%
Empréstimo	1.142.086	9.962	1%
Financiamento	127.057	806	0%
Títulos Descontados	53.159	131	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	1.421.640	2,90%	0%
Depósitos a Prazo	19.086.492	8,67%	0,48%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,72% a.m.	1,59% até 1,79% a.m.
Empréstimos	1,97% a.m.	1,29% até 2,99% a.m.
Financiamento	1,29% a.m.	1,29% até 1,64% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	93,17% CDI	85% até 98% CDI

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS 2018	
Honorários	(1.328.678)
Cédula de presença	(447.399)
Encargos Sociais	(352.719)
TOTAL	(2.128.796)

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE GOIANO - SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNICENTRO NORTE GOIANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB UNI:

Descrição	2018	2017
Centralização Financeira	87.729.451	104.868.832
Conta Capital	9.084.892	7.568.935
Empréstimo	10.000.000	-

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	96.639.331	71.487.189
Capital Principal - CP	41.289.239	15.079.571
Nível I	41.289.239	18.310.908
Índice de Basiléia %	28,09%	33,18%
Razão de Alavancagem (RA) %	19,78%	20,58%
Índice de Imobilização %	4,53%	2,53%
Ativos Ponderados pelos Riscos	41.289.239	22.619.356

Eizechson Brasil Gomides
Diretor Administrativo

Vanderley Cezario de Lima
Direto Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte Goiano Sicoob Unicentro Norte Goiano - Anápolis/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte Goiano – Sicoob Unicentro Norte Goiano, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Unicentro Norte Goiano em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 19 de fevereiro de 2019.

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

Parecer do Conselho Fiscal



Examinamos o balanço patrimonial da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte Goiano, levantado em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração do resultado (sobras), demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, relatório da Administração, notas explicativas e o parecer da auditoria independente, correspondentes ao exercício de 2018, elaborados sob a responsabilidade da administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

1. Balanço Patrimonial: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Cooperativa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; (d) nos relatórios de Auditoria Interna elaborados no exercício pela Central; e (e)

o parecer de Auditoria Independente formulado pela CNAC- (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa) Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2019.

2. Das Atividades durante o Exercício: (a) Atividades fiscalizadoras durante todo o exercício social, consubstanciadas nas reuniões mensais deste Conselho de rito ordinário e/ou extraordinário, conforme respectivas atas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis pertinentes; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa; e (d) os esclarecimentos apresentados por prepostos da Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, motivo porque somos favoráveis à sua aprovação.

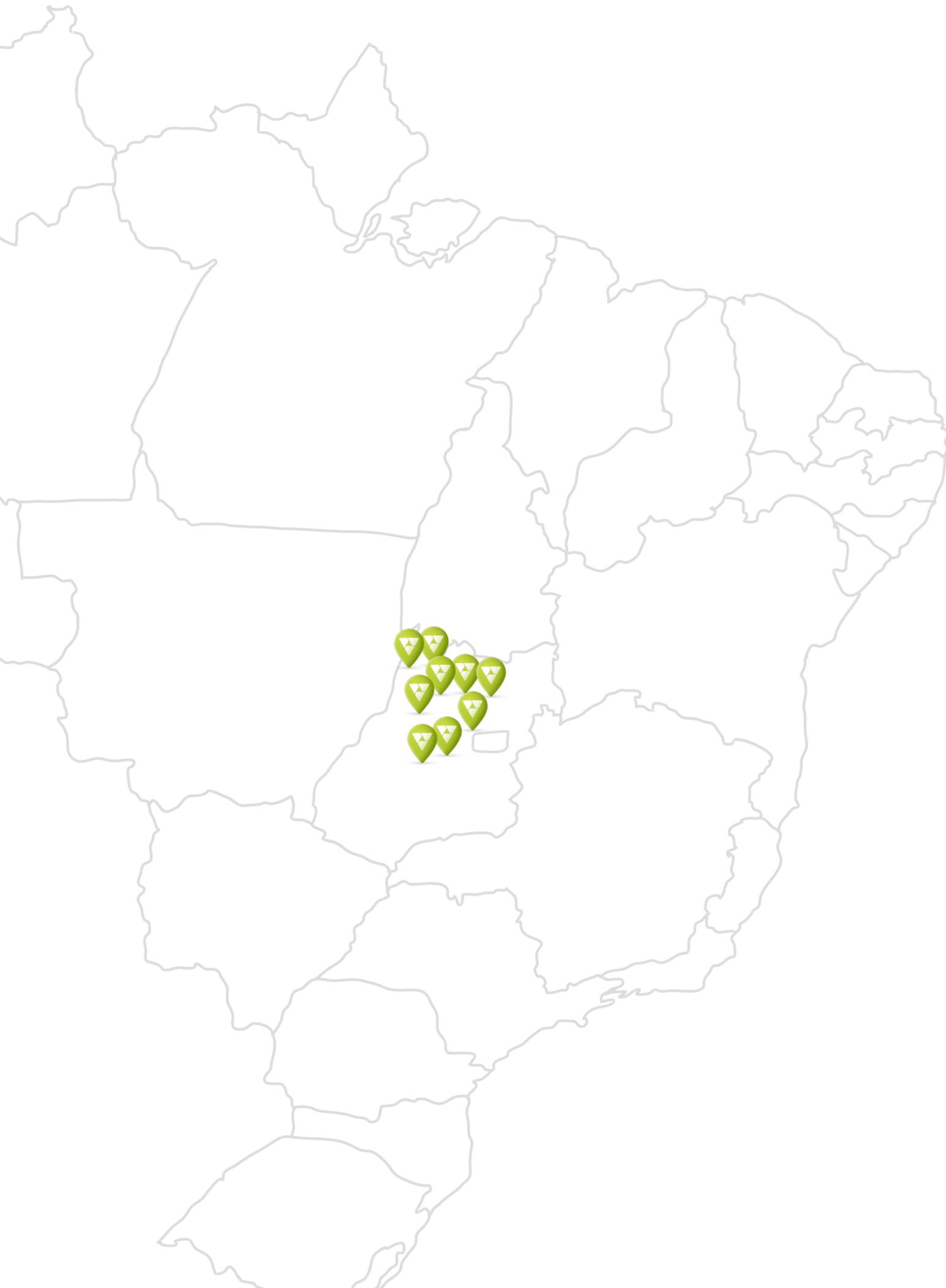
Anápolis – Goiás, 26 de fevereiro de 2019.

Ciescopen Lopes Dias Ferreira
Conselheiro efetivo

Antônio Ferreira Leite
Conselheiro efetivo

Edmo de Oliveira Pina
Conselheiro efetivo

Nossas Agências



Sede

Av.Santos Dumont, n.235, Jundiáí
Anápolis - GO - CEP: 75113-180
Tel / Fax: (62) 3099-0100

Anápolis Unimed

Av. Fayad Hanna, Qd.B, Lts 1,2 e 3
Cidade Jardim - Anápolis - GO
CEP: 75.080-410
Tel / Fax: (62) 3333-3328

Anápolis Centro

R. 7 de Setembro, Nº 11 - Centro
Anápolis - GO - CEP: 75.020-420
Tel: (62) 3098-6700

CDL - Anápolis

Rua Conde Afonso Celso, nº 25
Centro - Anápolis - GO
CEP: 75.025-030 - Tel: (62) 3943-1825

Campinorte

Av. Bernardo Sayão, Nº 1001
Qd. 04 Lt. 16, Centro, Campinorte - GO
CEP:76410-000 - Tel: (62) 3347-3584

Ceres

Rua 17 Qd.J Lt 22 - Centro
Ceres - GO CEP: 76.300-000
Tel: (62) 3307-2690

Goianésia

Rua 31, Nº 377 A - Centro
Goianésia - GO - CEP: 76.380-000
Tel: (62) 3353-2938

Porangatu

R. 08, Nº 14, Centro - Porangatu - GO
CEP: 76.550-000 - Tel: (62) 3362-3691

Uruaçu

Av. Tocantins, Nº 24-A Centro
Uruaçu - GO - CEP: 76400-000
Tel: (62) 3357-4695

São Miguel do Araguaia

Av. Jonas Batista Franco Neto, nº 499
Centro - São Miguel do Araguaia-GO
CEP: 76590-000 - Tel: (62) 3364-3215

Nerópolis

Av. Aderbal Antunes de Oliveira,
QD.22, LT.10, Centro - Nerópolis-GO
CEP: 75.460-000 - Tel: (62) 3513-5011

Niquelândia

Av. Brasil, número 129, Setor Bela Vista.
- Niquelândia-GO. CEP: 76.420-000
Tel: (62) 3354-1262

